

A imprensa chilena, o jornal *El Mercurio* e o golpe civil-militar de Pinochet (1973)

Emmanuel dos Santos

Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil
emmanuelufmg@gmail.com

Resumo: O artigo tem como objetivo apresentar um panorama dos principais veículos da grande imprensa chilena durante o governo da Unidade Popular (UP), bem como analisar o papel desempenhado pelo jornal *El Mercurio* no processo que levou à ruptura do regime democrático com o golpe civil-militar de Augusto Pinochet (1973). Os anos de governo da UP foram caracterizados pela tentativa de implementação da chamada “via chilena para o socialismo”, projeto que pretendia construir no Chile uma sociedade socialista por meio de vias democráticas e institucionalizadas. Nessa perspectiva, a plena liberdade de imprensa constitui-se como um aspecto que fez das folhas dos jornais um privilegiado espaço para as lutas políticas do período.

Palavras-chave: Chile. Unidade Popular. Salvador Allende. Imprensa. *El Mercurio*.

No Chile, os três primeiros anos da década de 1970 foram marcados pelo intenso debate político que mobilizou e polarizou a sociedade em torno da tentativa de realizar a perspectiva anunciada pela Unidade Popular (UP) de institucionalizar a *via chilena para o socialismo*, projeto que pretendia revolucionar as estruturas político-sociais e econômicas dentro dos marcos de respeito à institucionalidade democrática. Dessa forma, buscava-se compatibilizar socialismo e democracia por meio de um regime político pluripartidário com plena liberdade de imprensa. Pretendia-se nacionalizar setores estratégicos da economia e aumentar a participação popular na administração e nas decisões políticas do governo. No conflituoso processo originado pela chegada de Salvador Allende ao poder, a grande imprensa desempenhou significativo papel ao se tornar *locus* importante das disputas políticas (WINN, 2013).

Neste estudo, apresentaremos os principais veículos da grande imprensa chilena durante os anos de governo da UP, destacando suas trajetórias e lugares sociais e enfatizando a contribuição que alguns desses veículos de comunicação, sobretudo o jornal *El Mercurio*, tiveram no processo que levou à ruptura institucional ocorrida com o golpe militar do general Augusto Pinochet. Pretendemos analisar como o discurso jornalístico,

a partir da mobilização de representações e interpretações recorrentes, desempenhou um papel de relevo para a articulação de uma frente composta por militares, setores empresariais e religiosos que levou a cabo e buscou legitimar o golpe civil-militar.

Em outubro de 1972, em meio a uma grave crise econômica e de desabastecimento, após dois anos de governo da UP, a tensão e polarização social se intensificaram com o início de uma longa greve realizada por proprietários de caminhões e ônibus em todo o país, evento que ficou conhecido como *o paro de octubre*¹. Esse agravamento da crise explicitou ainda mais as contradições e vicissitudes na implementação prática da *via chilena para o socialismo*.

Nesse momento, as estratégias oposicionistas da direita buscavam paralisar o governo e gerar o caos social: a oposição no Congresso – formada pela Democracia Cristã e pelo Partido Nacional – bloqueava qualquer iniciativa do executivo e insistia em um projeto de lei que obrigaria o governo a restituir aos antigos donos grande parte das propriedades estatizadas e incluídas na Área de Propriedade Social (APS)²; intensificavam-se os atentados terroristas levados a cabo pela organização de extrema-direita Pátria e Liberdade; nas Forças Armadas, o cenário de instabilidade social, os rumores de infiltração comunista e o descontentamento com a linha política do governo abriam caminho para que as articulações golpistas ganhassem corpo.

Por outro lado, nas esquerdas, acentuavam-se as disputas em torno das táticas e estratégias para lidar tanto com as ofensivas da direita quanto para enfrentar a crescente pressão dos movimentos sociais que exigiam avanços na política de desapropriação de indústrias e terras e no fortalecimento do poder popular (WINN, 2013; BANDEIRA, 2008).

Esse era o cenário das eleições parlamentares de 4 de março de 1973, disputa na qual a oposição esperava sair vitoriosa ao conquistar dois terços dos votos, número necessário para estabelecer uma maioria absoluta de deputados e senadores que pudessem votar pela destituição constitucional de Allende no Congresso. A UP, no entanto, conseguiu, contra todos os prognósticos, atingir 43,9% dos votos (VALENZUELA, 2013, p. 231), quantia suficiente para inviabilizar a destituição de Allende no Parlamento. Porém,

¹ Após alguns rumores que a UP estatizaria as empresas de transporte, caminhoneiros iniciaram uma greve na região de Aysén, que logo se espalhariam por todo o país. Incentivados pelos partidos da direita e por organizações patronais, o *paro* contou com ajuda financeira da Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA) e do apoio do jornal *El Mercurio*. O conflito, que se iniciou por questões econômicas, logo se transformou num movimento de articulação política contra o governo. Teve fim em novembro, quando o governo atendeu às demandas dos grevistas e anunciou a formação de um gabinete civil-militar no qual foram incorporados os comandantes das Forças Armadas (BITAR, 1980).

² A Área de Propriedade Social era a principal proposta econômica do projeto da UP, visando nacionalizar e estatizar setores-chaves da economia chilena. Efetivamente, foram nacionalizadas minas de cobre, empresas de vários ramos e bancos.

longe de conquistar a maioria dos votos, a UP continuou enfrentando dificuldades de aprovar projetos no Congresso que permitissem avançar na construção da *via chilena para o socialismo*. Após constatar que estavam praticamente inviabilizadas suas pretensões de derrotar o governo pela via institucional, a estratégia golpista tornou-se a opção privilegiada de amplos setores da oposição. Neste contexto, a imprensa oposicionista cumpriu um papel crucial na criação de um clima de caos social que contribuiu para abalar a legitimidade do governo.

Temos como perspectiva analítica a obra de Héctor Borrat (1989) segundo a qual os jornais constituem-se atores políticos capazes de influenciar e afetar o governo, partidos políticos, grupos de interesses, movimentos sociais e seu público leitor. A grande imprensa insere-se na vasta trama das lutas políticas e dos grupos sociais, aspecto que destaca a relevância política dos jornais e a necessidade de estudá-los. Como parte de suas estratégias narrativas, das informações e fontes a que tem acesso, o periódico, cotidianamente, exclui, inclui, hierarquiza aquilo que será publicado em suas páginas.

Desse modo, confere à seleção de notícias e ao que será inserido em suas opiniões, maior ou menor relevo, ignorando ou enfatizando determinados assuntos, de acordo com interesses, preferências, convicções de seus editores, proprietários e dos grupos que lhes dão apoio ou sustentação (BORRAT, 1989, p. 146). Além disso, é fundamental destacar a importância da análise do lugar social do jornal e de seus proprietários como ressalta Maria Helena Capelato (2015, p. 128):

No que se refere ao estudo da atuação da “grande imprensa” no campo da política, devem-se considerar, primeiramente, as concepções ideológicas de seus proprietários e dos jornalistas responsáveis pela parte redacional do periódico, além dos interesses políticos e econômicos aos quais estão vinculados. Esses elementos são imprescindíveis para uma leitura ampla e aprofundada do jornal. Mas ela também exige um conhecimento igualmente amplo e profundo do contexto histórico referente ao período escolhido para análise, a partir do qual se podem compreender as ideias expostas no periódico.

Para o estudo do *El Mercurio*, nos termos teóricos colocados acima, foram utilizadas as edições do jornal de abril até 11 de setembro de 1973, data do golpe. Será desenvolvida no artigo uma análise essencialmente qualitativa das edições do periódico, com foco em seus editoriais, colunas políticas e manchetes de capa.

El Mercurio é o mais antigo dos jornais que ainda circulam no Chile. Foi fundado por três jovens: o político liberal Pedro Félix Vicuña, o linotipista norte-americano Thomas G. Wells e Ignacio Silva. Nasceu a poucas quadras do porto de Valparaíso em 12 de setembro de 1827, como um diário “mercantil, político e literário”. Depois de seguidas

negociações, o jornal passou, em 1884, às mãos de Agustín Edwards Ross, proprietário do grupo empresarial mais importante da época. Os Agustín Edwards sempre estabeleceram fortes vínculos com os setores liberais conservadores da política chilena. Na presidência de José Manuel Balmaceda, no final do século XIX, Agustín Edwards Ross ocupou o cargo de Ministro da Fazenda, rompendo com o governo após a recusa do Presidente em apoiar o projeto de privatização das minas de Salitre (MÖNCKEBERG, 2011).

Em 1900, época em que o centro econômico se deslocava para a capital chilena, Agustín Edwards McClure (filho e sucessor de Agustín Edwards Ross nos negócios da família) impulsionou a publicação do *El Mercurio de Santiago*³, diário que em pouco tempo superaria em importância e influência seu homônimo de Valparaíso. Maria Olivia Mönckeberg (2011), jornalista e historiadora chilena, define o surgimento do veículo mercurial, em Santiago, como o início da modernização e do surgimento de uma prática profissional no jornalismo chileno.

Embora a ideia de publicar *El Mercurio* em Santiago tenha se originado de um projeto de expansão do *El Mercurio* de Valparaíso, o jornal cresceu até se converter no principal diário de circulação nacional. Na historiografia chilena, há um consenso que estabelece o *El Mercurio* como o mais influente e importante jornal da história do país. Como afirma Mönckeberg (2011, p. 14): “O mais influente sob o ponto de vista de suas opiniões, de vendas, de assinaturas e de volume de publicidade. Seus editoriais chegaram a ser referência obrigatória na análise do que ocorre no país, a tal ponto que, para muitos leitores, o que não aparece no *El Mercurio*, não existe” (*tradução nossa*).

A iniciativa empresarial e o poder econômico dos Agustín Edwards transformaram qualitativa e radicalmente o mercado de imprensa. Ainda que o jornalismo doutrinário e abertamente opinativo do século XVIII começasse a ser substituído por esta forma mais profissional, propiciada por *El Mercurio*, os veículos mantiveram um duplo objetivo: afiançar posições ideológicas e descrever, cada qual com seu estilo, os acontecimentos. O aumento da população urbana, o desenvolvimento de grandes cidades, a redução do analfabetismo, a consolidação de uma esfera pública eram algumas das condições políticas, econômicas, sociais e culturais que permitiram o desenvolvimento de uma imprensa empresarial no período (SANTA CRUZ, 2010, p. 28).

Ao longo do século XX, foram criados diversos veículos da imprensa. O diário *La Nación*, um dos mais importantes por sua longevidade⁴, veio às ruas em setembro de 1917.

³ Iremos nos referir, de agora em diante neste artigo, ao jornal *El Mercurio de Santiago* apenas como *El Mercurio*.

⁴ Foi publicado em papel até 2010, ano em que se tornou um diário digital.

Tratava-se de um empreendimento de Eliodoro Yáñez, Augusto Bruna e Alfredo Escobar, políticos de filiação liberal. De projeto ambicioso, seus fundadores pretendiam dar origem a uma folha que pudesse rivalizar em Santiago com a importância de *El Mercurio*. Em 1927, no governo ditatorial de Carlos Ibañez del Campo, *La Nación* foi desapropriado e estatizado, tornando-se um órgão oficial do governo e desde então seus editores passaram a ser nomeados diretamente pelo executivo, como nos anos de governo da UP, em que o diretor do jornal, o intelectual e escritor Oscar Waiss, foi uma escolha pessoal do Presidente Salvador Allende (MÖNCKEBERG, 2011).

Com o auge da economia salitreira, nas primeiras décadas do século XX, ganhou força a imprensa operária, uma expressão direta do forte sindicalismo em desenvolvimento, sobretudo, nas regiões mineradoras e portuárias. Um dos diários mais importantes desse processo foi o *El Despertar de los Trabajadores*, fundado em Iquique em 1912 e dirigido e idealizado pelo dirigente socialista Luis Emilio Recabarren. O jornal, assim como outros veículos da imprensa operária, sofreu forte perseguição e foi fechado pelo governo de Ibañez. Entre 1916 e 1926, foram fundados 139 veículos da imprensa operária, dos mais variados matizes ideológicos como socialistas, comunistas, social-cristãos, anarquistas (MÖNCKEBERG, 2011).

No período inicial dos governos de Frente Popular (formado por radicais, socialistas e comunistas) a imprensa de esquerda ganhou novas folhas. Destarte, em 31 de agosto de 1940 nasceu *El Siglo*, órgão oficial do Partido Comunista, à exceção do período da Lei de Defesa da Democracia, no governo Gabriel González Videla, pela qual o Partido Comunista foi colocado na ilegalidade entre 1948 e 1952 e sua imprensa oficial impedida de circular, *El Siglo* foi publicado ininterruptamente até o dia do golpe, em 1973 (MÖNCKEBERG, 2011).

Outro diário que teve importante relevo nos embates políticos nos anos da UP foi o diário Clarín. Fundado em 1953 pelo jornalista Darío Saint Marie Soruco, o jornal tornou-se, durante a presidência de Allende, o veículo de imprensa que apoiava o governo com maior vendagem no país (SANTA CRUZ, 1988, p. 90). Em formato tabloide, suas seções conjugavam política, esportes e hípica, além de uma abundante “*crónica roja*”, expressão pela qual era conhecida a seção policial na época. Constituiu-se como um diário popular, de manchetes chamativas e de grande tiragem, o jornal chegou a ter uma circulação nacional diária de 220 mil exemplares em 1972⁵.

⁵ Neste artigo, todas as informações sobre a circulação dos jornais têm como fonte Santa Cruz (1988).

Surgiu, assim, um variado panorama no qual tinham primazia os jornais vinculados a partidos políticos de diferentes matizes e ao grupo empresarial dos Edwards. Desse modo, à medida que transcorria o século XX, no compasso das linotipos e máquinas de escrever, foram forjados espaços de participação democrática, expressando a multiplicidade de vozes que configuravam o Chile (MÖNCKEBERG, 2011, p.18).

Quando Salvador Allende chegou ao Palácio *La Moneda*, em outubro de 1970, a correlação de forças entre os diários de oposição e os que apoiavam o governo mostrava certo equilíbrio quanto ao número de exemplares, embora, nesse contexto, a influência de *El Mercurio* fosse determinante. Nos anos de governo da UP, a propriedade dos principais veículos da grande imprensa estava dividida em dois grupos: os jornais e revistas semanais pertencentes a grupos empresariais, e os veículos de comunicação vinculados a partidos políticos.

Entre os que eram de posse de grupos empresariais, encontravam-se *El Mercurio*, *Las Últimas Noticias* e *La Segunda*, pertencentes à família Agustín Edwards⁶; o diário Clarín – do empresário Darío Saint-Marie; e *La Tercera*, do *Grupo Periodístico de Chile S.A.*, pertencente à família Picó Cañas. Entre os veículos vinculados a grupos políticos estavam *La Prensa* (Democracia Cristã); *El Siglo e Puro Chile* (Partido Comunista); *Noticias de Última Hora* (Partido Socialista), e o mesmo Clarín após 1972, que passou a propriedade dos socialistas. Havia, ainda, o jornal estatal *La Nación* (SANTA CRUZ, 1988).

Segundo o *XIV Censo de Población y III de Vivienda*⁷, quase 90% da população do Chile era alfabetizada em 1970. Nesse período, a imprensa escrita e o rádio eram os principais meios de comunicação de massa, uma vez que, contando com apenas alguns canais universitários, a televisão dava seus primeiros passos em território chileno, chegando por lá muitos anos depois que os canais de TV comercial já operavam em outros países da América Latina.

Somando-se a tiragem de todos os jornais de circulação nacional, diariamente, eram publicados mais de um milhão de novos exemplares. Ademais, publicavam-se 54 jornais diários regionais, a maioria controlada pelas empresas dos Agustín Edwards. Isso em um país que, à época, contava com uma população de pouco mais de 9 milhões de habitantes. A imprensa escrita, portanto, desempenhava um papel fundamental na difusão e circulação de

⁶ A família Edwards possuía empresas nos mais variados ramos; na área financeira, no setor produtivo e de comércio, imprensa etc. Em relação à imprensa, os Edwards controlavam quatro empresas, a *El Mercurio S.A.P.*, que publicava os jornais *El Mercurio*, *Las Últimas Noticias* e *La Segunda*, de distribuição nacional, e mais outras três empresas responsáveis pela publicação de quatorze diários regionais por todo o país (SUNKEL, 2002, p. 54).

⁷ Disponível em http://www.ine.cl/canales/usuarios/cedoc_online/censos/pdf/censo_1970.pdf. Acesso em: 20 de abril de 2016.

ideias, um dos aspectos que justificam a importância política que a historiografia concede à imprensa como um espaço privilegiado das disputas políticas durante o governo da UP⁸.

Calcula-se que os jornais do grupo mercurial, em meados de 1972, totalizavam uma tiragem de aproximadamente 250 mil exemplares: *El Mercurio* com uma circulação diária de aproximadamente 126 mil exemplares (chegando à marca de 220 mil aos domingos); *Las Últimas Noticias*, 81 mil e *La Segunda*, 40 mil. Além desses, a ultradireitista *La Tribuna*, surgida em 1970 para combater o projeto político da Unidade Popular, tinha uma circulação de 40 mil exemplares. No total, os diários ligados aos grupos de direita somavam cerca de 290 mil exemplares diários. Os que tinham uma relação de apoio aberto ou velado ao governo, uma circulação total de aproximadamente 311 mil exemplares.

Quadro 01 – número de exemplares diários dos jornais da grande imprensa do Chile em 1972

Jornais pró-governo		Jornais de oposição	
Jornal	Exemplares	Jornal	Exemplares
<i>Clarín</i>	220 mil	<i>La Tercera</i>	320 mil
<i>El Siglo</i>	29 mil	<i>El Mercurio</i>	126 mil
<i>Puro Chile</i>	25 mil	<i>Las Últimas Noticias</i>	81 mil
<i>La Nación</i>	21 mil	<i>La Segunda</i>	55 mil
<i>Última Hora</i>	17 mil	<i>La Tribuna</i>	40 mil
		<i>La Prensa</i>	29 mil

Fonte: SANTA CRUZ, 1988.

Em relação às revistas de periodicidade semanal ou quinzenal, seis eram controladas pelos setores de oposição ao governo: *Ercilla*, *Vea*, *PEC*, *Qué Pasa*, *SEPA* e *Impacto*. Entre as revistas de esquerda, as principais foram: *Chile Hoy* (publicada entre junho de 1972 e setembro de 1973) e *Punto Final*, editada por intelectuais ligados ao *Movimiento de Izquierda Revolucionária* (MIR).

Como se percebe por esse panorama, a política da UP para os meios de comunicação foi bastante divergente se comparada a outras revoluções socialistas ocorridas na América Latina, nas quais foram expropriados e fechados jornais da chamada “imprensa burguesa”. A UP criticava a concentração monopólica dos meios de comunicação e denunciava que os

⁸ Mönckeberg (2011, p. 28-29) qualifica a atuação dos principais veículos de imprensa do período como agentes de uma verdadeira “guerrilha de palavras”, influenciando diretamente a polarização política do período. De forma similar, Santa Cruz (1988, p. 114) aponta que as novas circunstâncias criadas com a vitória de Allende obrigaram a imprensa de oposição a passar por um processo de grandes transformações, assumindo paulatinamente um papel de aberta atuação nas lutas políticas do período. Assim mesmo, Valenzuela (2013) indica como os ataques feitos pela imprensa ao governo representaram um aspecto importante para amplificar o cenário de crise política e contribuir para que a Democracia Cristã se aproximasse do Partido Nacional.

grandes jornais, principalmente *El Mercurio*, cumpriam um papel político de defesa das classes dominantes; porém, não teve em seu horizonte uma perspectiva de limitar a circulação da imprensa oposicionista (SANTA CRUZ, 1988).

Uma crítica feita frequentemente por partidários da UP indicava a falta de uma política clara do governo com relação aos meios de comunicação, uma vez que não se havia proposto formas de enfrentar o enorme poderio comunicacional dos setores da oposição. No programa pelo qual Allende foi eleito, há apenas um único trecho no qual, de forma abstrata e propagandística, a UP se posiciona em relação aos meios de comunicação, a perspectiva apontada é a ampliação democrática do acesso e posse dos veículos da imprensa:

Os meios de comunicação (rádio, editoriais, imprensa, cinema) são fundamentais para ajudar a formação de uma nova cultura e um homem novo. Por isso, devemos dar-lhes uma orientação educativa e liberá-los de seu caráter comercial, adotando medidas para que as organizações sociais disponham desses meios, acabando com a presença nefasta dos monopólios⁹.

O papel da imprensa neste período já foi bastante analisado e discutido. Em geral, as análises demonstram como os jornais, alguns de forma mais aberta, outros, mais velada, passaram a ter uma linha editorial comprometida com os diferentes campos políticos em disputa. No começo dos anos 70, a discussão de ideias e projetos nos jornais era ofuscada por uma intensa polarização, na qual existia a desqualificação de adversários, o uso de linguagem ofensiva e o apelo ao sensacionalismo, principalmente na chamada imprensa popular.

O combate verbal era sem quartel, em muitos casos, as considerações éticas pareciam não estar presentes nas manchetes ou nos textos (DOONER, 1989). Tampouco havia qualquer preocupação com a ética jornalística nas decisões tomadas pela direção e pelos editores de *El Mercurio*. Agustín Edwards Eastman, dono do jornal à época, foi peça fundamental para a gestação do golpe de Estado, tanto na articulação social em que esteve envolvido, buscando integrar na defesa de uma saída golpista, militares, setores da direita chilena e religiosos; quanto na linha editorial e nas representações divulgadas por seus jornais.

Covert Action In Chile, 1963-1973, tornado público e disponibilizado para consulta pelo governo norte-americano no ano 2000, é um dos documentos mais importantes para compreender as ações e o papel dos EUA no processo que levou ao golpe de Pinochet. Esse documento foi produzido pela Comissão *Church*, Comissão de Inquérito do Senado norte-

⁹ Programa Básico da Unidade Popular, p. 31. Disponível em <<http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-7738.html>>. Acesso em: 20 de abril de 2016. Tradução nossa.

americano que investigou, em 1975, as ilegalidades e ações realizadas pela CIA e outras agências governamentais em sua atuação na política interna de países estrangeiros. A Comissão revelou, entre outras ações, o financiamento de setores da imprensa oposicionista no Chile.

O principal beneficiado dos recursos norte-americanos foi *El Mercurio*, cujo proprietário, Agustín Edwards Eastman, mantinha relações diretas com o executivo norte-americano, sendo recebido regularmente na Casa Branca, onde participou de várias reuniões com altos funcionários do governo, sob a supervisão direta do presidente Richard Nixon, que considerava *El Mercurio* peça-chave na política de oposição a Allende (MONCKEBERG, 2011). Segundo o relatório da Comissão *Church*, *El Mercurio* recebeu aproximadamente um milhão e quinhentos mil dólares de recursos financeiros da CIA entre 1970 e 1973¹⁰. O documento revela, ainda, que o financiamento de *El Mercurio* tinha como objetivo específico contribuir para que Allende fosse impedido de tomar posse em 1970 e, após isso não ser possível, auxiliar no enfrentamento contínuo ao governo. Para isso, a CIA remunerava repórteres e editores com o intuito de que produzissem diariamente textos críticos a UP.

El Mercurio, incentivado por essa ajuda financeira, tomou parte ativa nos embates político-ideológicos do período. O clássico jornalismo que supostamente procurava separar notícia e opinião transfigurou-se em folhas que abertamente procuravam influenciar o imaginário político por meio de uma acirrada luta ideológica. A seguir, analisaremos as principais estratégias narrativas pelas quais *El Mercurio* buscou articular diversos setores sociais chilenos numa cruzada contra o perigo do “marxismo totalitário”, representação que o jornal procurou construir a partir da evocação e afirmação de aspectos do imaginário anticomunista chileno e que hierarquizou grande parte de sua publicação crítica à UP.

Como discutiremos, *El Mercurio*, na difusão de imagens que criavam um imaginário de medo e o temor de uma possível ditadura comunista totalitária, apoiava-se em uma profunda aversão ao comunismo, presente em diversos setores da sociedade chilena. Esse anticomunismo foi um elemento estrutural do desenvolvimento político do Chile no século XX, no sentido em que se constituiu como um fator de identidade política para um amplo arco de forças políticas, aspecto que foi importante, sobretudo, em contextos de alta polarização e confrontos políticos. Sendo observável, em diferentes momentos e com distintas motivações, em partidos e movimentos, no Estado e em diversas publicações, ao

¹⁰ Covert Action in Chile, 1963-1973. Washington: U.S. Government Printing Office, 1975. Disponível em: <<http://www.intelligence.senate.gov/pdfs94th/94chile.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

buscarem legitimar diversos tipos de práticas, desde a divulgação pública de conceitos e ideias contrárias ao comunismo e ao marxismo, a retirada de direitos políticos (como o banimento do Partido Comunista no início dos anos 1940) e até a perseguição e eliminação física de opositores (CASALS ARAYA, 2012).

Desse modo, as percepções da dinâmica social do que ocorria no Chile, muitas vezes, transcendia a anunciação dos projetos políticos em disputa. Ou seja, em grande medida, percebia-se a implementação do projeto de transformações democráticas da UP como se fosse parte de uma dinâmica revolucionária clássica, com traços de ruptura com a institucionalidade. Como afirma Tomás Moullian (2005, p. 35, *tradução nossa*), ao analisar como diferentes sujeitos políticos perceberam a luta política no governo de Allende: “viveram a experiência da UP como se fosse uma revolução socialista que, embora se executasse de dentro do Estado, teria na luta política todos os efeitos polarizadores de uma revolução ‘às secas”.

No caldeirão de imaginários que entra em ebulição a partir de 1970, as construções místicas feitas por *El Mercurio* sobre um Estado que se tornava totalitário pela ação dos comunistas, mascarados como democratas, expressava uma luta político-ideológica em que as disputas de representações tinham tanta importância quanto as ações concretas dos diferentes atores políticos. Segundo Roger Chartier (2002, p. 273), contrapondo-se às perspectivas que entendem as representações do mundo social como determinações apriorísticas derivadas de clivagens e relações objetivas de estruturas econômico-sociais, a representação social significa, ao mesmo tempo, formas de percepção e classificação da vida social e fonte de práticas constituintes da realidade social. Dessa forma, as lutas de representação e as estratégias simbólicas que influenciam a percepção e o modo como os grupos constituem suas identidades e determinam posições e relações desempenham importância crucial para o estudo histórico.

Durante os três anos da UP no poder, *El Mercurio* exerceu uma oposição sistemática ao governo. Tinha como principal desafio se opor ao discurso abertamente legalista e democrático, principalmente, de Salvador Allende, reconhecido porta-voz da viabilidade do projeto pela via pacífica da UP. Ao analisarmos a trajetória discursiva do *El Mercurio* durante o governo de Allende e a dúbia relação estabelecida pelo periódico com os valores democráticos e republicanos, nota-se que o jornal se tornou um espaço privilegiado para articular a oposição ao governo e influenciar abertamente o conflituoso cenário político do país.

Um dos aspectos centrais da estratégia narrativa do *El Mercurio*, desde o início do governo da UP, foi argumentar que o projeto democrático da UP, na verdade, era uma via política alternativa para se chegar a uma ditadura comunista totalitária. Essa imagem de um totalitarismo que se apossava das instituições democráticas chilenas para então destruí-las e substituí-las pela ditadura do proletariado esteve subjacente a grande parte da crítica editorial feita pelo jornal ao governo e aos partidos e movimentos sociais que apoiavam a UP.

A construção de um imaginário do medo, apoiado na figura de forte anticomunismo representado pela imagem de um Estado comunista totalitário, era compartilhado pelas análises e declarações públicas do Partido Nacional (PN), principal partido da oposição de direita. O senador do PN Francisco Bulnes (*apud* ZÁRATE, 2008, p. 288, *tradução nossa*), em declaração ao jornal *La Tribuna*, ainda no ano de 1971, já delineava os traços dessa estratégia narrativa: “os marxistas chilenos são marxistas e como marxistas, logicamente, pretendem a aplicação integral do sistema marxista, o que implica o estabelecimento do Estado totalitário, que é o que fizeram em todos os países do mundo em que chegaram ao poder”.

Essa perspectiva de associar a UP aos regimes totalitários, em geral, distorcia fatos e descontextualizava muitas das ações e propostas políticas dos comunistas e socialistas. Como veremos, *El Mercurio* utilizar-se-á rotineiramente desse tipo de interpretações e representações distorcidas de ações, falas, projetos e iniciativas políticas da UP para buscar deslegitimar o caráter democrático e constitucionalista do governo, muitas vezes compartilhando ou corroborando as próprias posições do Partido Nacional.

A partir de março de 1973, *El Mercurio* assumiu uma estratégia, por um lado, de ampla deslegitimação e desinstitucionalização do governo, e por outro, de legitimar a possibilidade das Forças Armadas assumirem o controle político do país, contribuindo, assim, para um ambiente político propício à ruptura do regime democrático.

Nesse sentido, *El Mercurio* intensificou em suas representações o clima de terror e caos social vivenciado na sociedade chilena. O diário enfatizava, além da grave crise econômica, a onda de atentados terroristas, a incapacidade do governo de controlar os setores mais radicais da esquerda, a infiltração comunista nas Forças Armadas, o fortalecimento do poder popular em alternativa ao Estado constitucional. Além disso, começaram a ser publicados editoriais e notas sugerindo ora implicitamente, ora abertamente a necessidade de uma saída militar para a resolução da crise chilena.

No final de maio de 1973, *El Mercurio* repercutiu uma carta enviada por generais e almirantes aposentados a Salvador Allende. Na carta, os militares criticavam duramente o governo, culpavam-no pela crise econômica e, sobretudo, pelo descontrole em lidar com o que definiam como um caos reinante que dividia os chilenos, referindo-se às ações terroristas quase diárias que afligiam várias regiões do Chile. Na carta, sugerem que, como o governo não demonstra estar disposto a respeitar a Constituição, as Forças Armadas poderiam se sentir “desobrigadas tacitamente da sujeição que lhes impõe a norma como instituições essencialmente profissionais, hierarquizadas, disciplinadas, obedientes e não deliberantes”¹¹. Além de publicar a carta, o editorial de *El Mercurio* afirma ao analisar o conteúdo da missiva:

[...] essas declarações não podem ser mais graves, pois apontam o processo de demolição do Estado em que se empenham as forças marxistas e que traz por consequência não só, como se acredita, um crescente poder aos integrantes do regime, como também certa autonomia das instituições fundamentais a respeito do Estado. O que é muito sério para a estabilidade e seguridade do país¹².

Essa questão esteve aberta nas semanas seguintes, na qual vários editoriais foram escritos sobre o papel das Forças Armadas como guardiãs do funcionamento das instituições democráticas chilenas. Caso fosse necessário, na visão do jornal, os militares poderiam assumir o controle do país para garantir o funcionamento constitucional do Chile, uma vez que o governo da UP ameaçava com suas práticas “totalitárias” a liberdade democrática e paulatinamente instaurava um regime de terror e caos.

Para tentar fundamentar a associação da UP com um regime de práticas totalitárias, o jornal se utilizava de várias estratégias, sobretudo, o de tentar associar o governo da UP aos regimes comunistas da URSS e de Cuba, ao mesmo tempo em que dedicava extensas matérias para discutir o caráter totalitário desses regimes. Em um desses artigos, como exemplo, assinado por *Cristián Fernández Cox*, o texto é ilustrado por uma foto de Hitler e Stálin lado a lado, sob a sensacionalista chamada: “*O nazi-leninismo*”. No texto, discutia-se, em página inteira, as semelhanças políticas, a violência comum, a irracionalidade, a “idolatria” e as teorias sócio históricas que teriam levado igualmente Alemanha e URSS ao totalitarismo¹³.

Importante ressaltar que a ideia de um regime totalitário é atribuída pelo jornal aos países comunistas e à UP sem nenhum apoio em elaborações teóricas feitas por autores

¹¹ Carta pública de Generales y almirantes. *El Mercurio*, 03 de junho de 1973. p.3, tradução nossa.

¹² Carta pública de Generales y almirantes. *El Mercurio*, 03 de junho de 1973, p.3, tradução nossa.

¹³ *O Nazismo-Leninismo*. *El Mercurio*, Santiago de Chile, 12 de junho de 1973, p. 2, tradução nossa.

clássicos que trataram do conceito de totalitarismo. O jornal, a partir de fragmentos do projeto político da UP, de interpretações de suas ações e da inferência entre a UP e os regimes comunistas, desenvolveu uma imagem própria do que seria um governo totalitário.

Particularmente interessante é a forma como *El Mercurio* lidava com a aparente contradição entre o projeto da UP, compreendido como totalitário, e o discurso cotidiano de respeito à legalidade democrática por parte de Allende. Para o jornal, Allende, apesar de pretensamente respeitar a institucionalidade, era refém dos comunistas, incapaz de controlar e de se sobrepôr a estratégia totalitária, disfarçada de alternativa democrática, ditada pelo Partido Comunista. As disputas em torno da greve – amplamente apoiada pelo jornal – dos trabalhadores da mina de cobre nacionalizada de *El Teniente* ilustram essa questão.

Após receber uma comissão dos grevistas, Allende foi duramente criticado pelo Partido Comunista, que afirmava a greve ter um caráter sedicioso. Ao se defender das críticas, Allende contestava: “nunca renunciarei nem renunciarei às prerrogativas e à autoridade do meu cargo concedido pelo povo e pelo país inteiro”¹⁴. No editorial *Governo marxista a descoberto*, *El Mercurio* comentou a polêmica:

Embora a intervenção presidencial não tenha agregado nada de positivo para solucionar a greve que já fez o país perder mais de cinquenta milhões de dólares [...] teve a virtude de colocar à vista de todos os chilenos um dos perigos do regime marxista que já se esquecera: a ditadura coletiva sobre as aparências de uma autoridade individual. [...] Como marxista, o senhor Allende não ignora que um regime como o que ele propicia ao Chile não é concebido a um presidente com “prerrogativas”, mas sim a um governante que se submeta às decisões de um colegiado executivo¹⁵.

Importante para a criação do clima de terror favorável à preparação de um ambiente político-social propício ao golpe foi o grande número de atentados terroristas que, em centenas de ações, mandou pelos ares pontes, linhas férreas, trens, residências. Esses ataques geraram no país um clima de medo e insegurança. Moniz Bandeira (2008) demonstrou como tais atentados foram levados a cabo, principalmente, pelos extremistas do movimento de viés fascista Pátria e Liberdade, sob instrução e supervisão direta de militares chilenos.

El Mercurio desempenhou importante papel para acentuar a sensação de insegurança, caos social e medo, ao noticiar essas ações diariamente, com destaque e relevo em garrafais manchetes de capa. Ao selecionar e destacar notícias sobre os atentados

¹⁴ Governo marxista a descoberto. *El Mercurio*. 18 de junho de 1973, p. 3. Tradução nossa.

¹⁵ Governo marxista a descoberto. *El Mercurio*. 18 de junho de 1973, p. 3. Tradução nossa.

terroristas efetuados por Pátria e Liberdade, *El Mercurio* frequentemente as estampava ao lado de matérias relacionadas ao MIR. Dessa forma, a publicação não só atuava como fomentador do clima de medo e terror que em si geravam esses ataques, mas também procurava associá-los ao extremismo de esquerda.

Regularmente, *El Mercurio* franqueava suas páginas para anúncios e comunicados dos partidos e organizações da direita. Em 20 de junho de 1973, em página inteira, o jornal publicou um comunicado do Partido Nacional que conclamava a população à desobediência civil contra o governo. Essa publicação levou o Ministro da Corte de Apelações, Raúl Moroni, a suspender *El Mercurio* por seis edições, aceitando a alegação impetrada pelo governo de infração à Lei de Segurança Interna por sedição. No dia 22 de junho, cumprindo a ordem imposta, *El Mercurio* deixava de circular pela primeira vez em 73 anos de existência na capital, logo no dia seguinte, contudo, a situação foi revertida por uma apelação do jornal aceita pela justiça chilena. No comunicado publicado por *El Mercurio* que levou à suspensão do jornal, o Partido Nacional condenava o terrorismo marxista da UP, que estaria levando o Chile ao caos econômico; à desagregação dos valores tradicionais; à destruição do Estado de Direito; à sedição nas Forças Armadas; além de defender abertamente a desobediência ao governo:

O senhor Allende violou de forma deliberada e sistemática sua promessa solene de respeitar e fazer cumprir a Constituição e as Leis. [...] A luz do direito e da moral, ninguém está obrigado a respeitar ou a obedecer um governo que deixa de ser legítimo¹⁶.

Após o fim da ditadura de Carlos Ibañez del Campo, em 1932, o Chile viveu ininterruptamente uma sucessão democrática de governos de distintos matizes políticos, aspecto que fundamentou as análises políticas e teóricas da UP ao afirmar a viabilidade de uma via democrática e institucionalizada para o socialismo no Chile. Salvador Allende, assim como parte do governo, tinha profunda confiança de que as Forças Armadas iriam, ao longo do difícil processo de implementação do projeto socialista, garantir a ordem legal e respeitar as decisões tomadas nas instâncias do regime democrático.

Essa tradição democrática chilena, questionada por muitos autores¹⁷, desempenhou importante papel ao fortalecer as convicções políticas em torno de uma excepcionalidade profissional de suas Forças Armadas¹⁸. O seguinte trecho de um discurso proferido por

¹⁶ *El Mercurio*, Santiago de Chile, 20 de junho de 1973, p.11.

¹⁷ Para isso consultar Peter Winn (2013).

¹⁸ Ver Zárate (2005) e Valenzuela (2013) sobre a política da UP para as Forças Armadas e a questão da neutralidade profissional dos militares chilenos.

Allende no Congresso, em 21 de maio de 1971, é emblemático a respeito de sua confiança no papel dos militares em garantir as transformações socialistas e a ordem institucional:

Os céticos e os catastrofistas dirão que não é possível. Dirão que um Parlamento que tão bem serviu às classes dominantes é incapaz de transfigurar-se para tornar-se o Parlamento do povo chileno. E mais: afirmam enfaticamente que as Forças Armadas e os Carabineiros, até agora elementos de sustentação da ordem institucional que superaremos, não aceitariam garantir a vontade popular decidida a edificar o socialismo em nosso país. Esquecem a consciência patriótica das nossas Forças Armadas e dos Carabineiros, sua tradição profissional e sua submissão ao poder civil. [...] E afirmo que as Forças Armadas chilenas e o Corpo de Carabineiros, mantendo fidelidade a seu dever e a sua tradição de não interferir no processo político, serão o apoio de uma ordem social que corresponda à vontade popular expressa nos termos estabelecidos pela Constituição¹⁹.

Essa concepção de Allende, porém, não era a única no governo, nem em seu próprio partido. Carlos Altamirano, Secretário Geral do Partido Socialista (o partido de Allende) durante o governo da UP, escreveu, quatro anos após o golpe, uma síntese das posições dos socialistas que questionavam essa mistificação do papel constitucionalista dos militares. Em sua obra, Altamirano destacou os elementos constitutivos das forças militares chilenas e as características marcantes em seu desenvolvimento posterior. Ressaltou o papel antioligárquico e republicano cumprido pelos militares no início do século XX, além de destacar que o “apoliticismo” militar sempre esteve condicionado à capacidade do sistema em regular suas crises internas, sem a necessidade de recorrer à violência. Apontou, por outro lado, como a profissão militar no Chile, diferentemente de outros países da América Latina, sofria de reduzido prestígio social e de baixíssimo nível de “ilustração”, uma vez que estariam imersos em sua própria subcultura.

Altamirano (1977) ressaltou também como os militares chilenos se formaram, em grande medida, alheios aos problemas sociais, políticos, econômicos e internacionais, e a concepção de um exército profissional não refletiria as contradições reais da inserção dos militares no conflituoso processo político. Sobre esse tema, a historiadora chilena Verónica Valdivia Ortiz de Zárate (2005, p. 181) afirmou: “Este alheamento do conflito político contribuiu ao mito da excepcionalidade dos militares e da democracia chilena, em oposição ao que ocorria no resto da América Latina; mito internalizado em especial pelos partidos e pelos políticos”.

Em 29 de junho de 1973, um setor das Forças Armadas ao lado de membros do grupo de extrema-direita Pátria e Liberdade levaram a cabo uma tentativa de golpe,

¹⁹ ALLENDE, Salvador. A via chilena para o socialismo. Tradução nossa. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/allende/1971/21-5-71.htm>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

atacando o Palácio de *La Moneda* com um destacamento blindado, movimento rapidamente debelado pelas forças pró-governo. Essa intentona fracassada ficou conhecida como *tanquetazo*. No dia seguinte à tentativa de golpe, *El Mercurio* publicou o editorial *Duas nações em um só país*, no qual é possível observar a estratégia da evocação da tradição constitucionalista do Chile, e de uma pretensa uniformidade étnica nacional:

A força de nossa democracia radica, precisamente, na estrutura real de nossa institucionalidade e na tradição, nunca antes atropelada, de respeitá-la. Mesmo quando alguns já pensaram na necessidade de alterar suas formas. Esse sentido institucional do chileno não é mera casualidade. É a herança do Conselho das Índias, da administração ordenada de um país, cuja população, etnicamente, é uniforme, e que deu a si mesma uma estrutura republicana²⁰.

Diferentemente do que afirma o jornal, muitos autores da historiografia chilena discutem como a história do país não pode ser caracterizada por uma linear e pouco conflituosa tradição política que teria levado quase naturalmente o Chile a uma República bem ordenada. O conflituoso processo de independência; a dominação e massacre dos povos indígenas; a Guerra Civil de 1891, que deu origem ao semiparlamentarismo; o regime ditatorial entre 1927 e 1932; os massacres contra movimentos grevistas, como o ocorrido na Escola de Santa Maria em 1907, em Iquique, no qual morreram, segundo fontes oficiais, 300 trabalhadores portuários; o forte anticomunismo que colocou o Partido Comunista na ilegalidade na década de 40 são alguns exemplos da tortuosa e sangrenta história política chilena²¹.

Ao mesmo tempo, *El Mercurio* responsabilizava o governo pelo surgimento das ameaças que colocavam em risco a ordem institucional, por meio da criação do chamado poder popular, que levariam, segundo o jornal, à efetivação da ditadura totalitária comunista:

A veemência, a teimosia, e a negativa total da U.P. de reconhecer, ou simplesmente escutar as vozes da maioria nacional, a levou a criar todo tipo de organizações extralegais e, efetivamente, paralelas ao que constitui a estrutura institucional chilena. [...] Seu objetivo é claro, quando as forças democráticas majoritárias não permitem que imponham seus planos minoritários, atuam para barrar a ação destas maiorias, criando estruturas paralelas incondicionais a suas intenções. Assim avançam em direção a seu objetivo: alcançar o PODER TOTAL²².

Esse enquadramento da situação chilena demonstra como *El Mercurio*, desde então, recorria à construção de representações que procuravam resgatar e reforçar as tradições

²⁰ Duas nações em um só país. *El Mercurio*, Santiago de Chile, 30 de junho de 1973. p.2, tradução nossa.

²¹ Sobre essa questão consultar entre outros: Pinto Vallejos e Salazar (2010), Peter Winn (2013).

²² Duas nações em um só país. *El Mercurio*, Santiago de Chile, 30 de junho de 1973. p.2, tradução nossa, grifos dos autores.

democráticas chilenas e contrapô-las ao perigo da desagregação total simbolizada pelo governo e pelos partidos da UP, bem como do poder popular. Nessa perspectiva, segundo o periódico, o governo inevitavelmente levaria o Chile, em sua tentativa de instaurar uma ditadura comunista, ao caos e à guerra civil. A partir desse momento, o jornal, em editorial, admitiu abertamente sua intervenção no processo político chileno:

Nos tempos que vive o país, “*El Mercurio*” cumpre duras e imprescindíveis obrigações. Suas páginas, nas quais por quase três quartos de século foram registradas principalmente as crônicas dos acontecimentos mundiais e nacionais, oferecem agora também um palanque em que se combate em favor da permanência dos valores essenciais da liberdade. Por tradição, “*El Mercurio*” se colocava por sobre as lutas políticas e das facções, porém, a partir do momento em que o país se dividiu em dois partidos, o do marxismo e o da democracia, o diário deve abraçar este último²³.

Nos dias subsequentes à frustrada tentativa de golpe, a polarização social se intensificou. Trabalhadores de diversas fábricas que não haviam sido incluídas na APS ocuparam e passaram a controlar a produção e distribuição do que era produzido. Esse foi outro aspecto de ruptura institucional bastante explorado nas páginas de *El Mercurio*. Após a tentativa de golpe de 29 de junho, os setores populares ligados ao MIR e às alas mais radicais do Partido Socialista ocuparam várias empresas de Santiago, exigindo que fossem nacionalizadas e integradas à APS.

Enquanto a imprensa favorável ao governo estampava nas primeiras páginas matérias sobre a tentativa de golpe e exigiam a identificação dos responsáveis, *El Mercurio*, por sua vez, dava amplo destaque à onda de ocupações realizadas como resposta imediata à tentativa golpista. Seguiram-se dezenas de reportagens sobre o perigo do poder popular e da desagregação nacional promovida pela UP. Com esse propósito, *El Mercurio* qualificava os Cordões Industriais, as JAPS, os *Comandos Comunales* como órgãos de poder de uma suposta ditadura totalitária comunista que avançava no Chile²⁴.

Para tentar demonstrar o caráter antidemocrático e totalitário do governo, *El Mercurio*, muitas vezes, procurou construir, em geral de forma bastante caricatural, uma amálgama associando as posições de Allende às concepções do chamado polo revolucionário (formado principalmente pelo MIR e por boa parte do Partido Socialista). Esses grupos apostavam no acirramento das contradições políticas para levar a cabo a estratégia clássica

²³ Missão deste diário no momento atual. *El Mercurio*, Santiago do Chile, 24 de julho de 1973, p. 3. Tradução nossa, grifos dos autores.

²⁴ O chamado “poder popular” foi objeto de intenso debate entre os partidos que compunham a UP. Enquanto o PC e Allende pensavam esses espaços políticos como locais de desenvolvimento de uma participação popular que poderia ser integrada a institucionalidade, os setores do chamado polo revolucionário os enxergavam como expressão de um incipiente embrião de poder autônomo dos trabalhadores. Sobre isso ver Troncoso (1988).

de tomada do poder por via armada, substituindo a institucionalidade democrática pela implantação de uma ditadura do proletariado. Nesse sentido, sustentavam, sob o slogan “*avanzar sin transar*”, que Allende conduzia o governo em conciliação com os inimigos da classe trabalhadora, tendo como consequência a preparação de terreno para um futuro golpe das forças reacionárias.

Para estes setores da esquerda, Allende não se empenhava em punir os militares sediciosos responsáveis pelo *tanquetazo*. A formação de gabinetes com a inclusão de militares também era uma política duramente criticada por eles, ressaltando que a incorporação de militares ao governo não levaria à conciliação com os setores sediciosos das Forças Armadas, e sim enfraqueceria a resistência ao iminente golpe. Neste momento, ocorreu uma grande crise e tensão entre os vários setores da esquerda, com diversos grupos defendendo a necessidade de armar os setores populares para resistir à possível ofensiva militar. Por outro lado, o Partido Comunista e Allende se mantinham como férreos defensores da linha política que se apoiava na legalidade institucional, sustentando que iniciativas no sentido de criar um exército popular pavimentaria o caminho para uma guerra civil com uma previsível e trágica derrota.

Depois de fortes pressões, intrigas e manifestações públicas contrárias, o general constitucionalista Carlos Prats renunciou ao comando das Forças Armadas em 24 de agosto²⁵. Seu sucessor seria o então pouco conhecido general Augusto Pinochet. Essa troca de comando significou um momento crucial na crise política. Durante o *tanquetazo*, Prats havia enfrentado de peito aberto os golpistas nas ruas de Santiago, tanto no imaginário popular quanto para a cúpula do governo, assim como para amplos setores militares, Prats constituiu-se com um símbolo da legalidade democrática e do profissionalismo das Forças Armadas. Sua saída indicava que as articulações golpistas removiam do caminho um dos últimos obstáculos na direção do golpe.

A partir da renúncia de Prats, *El Mercurio* intensificou as notícias relacionadas ao perigo da infiltração comunista nas Forças Armadas, cujo eixo temático girava frequentemente na suposição de que o MIR avançava em sua estratégia marxista clássica de “divisão das forças armadas”. Em 04 de setembro, *El Mercurio*, em editorial, denunciava o apoio da UP a um suposto motim pelo qual militares e civis pretendiam sublevar setores da Armada com a participação de integrantes do Partido Socialista, do MIR e de outros

²⁵ Nesse turbulento cenário, o general Carlos Prats ficou isolado, sem apoio dos principais generais da armada. Tentando ainda intervir na crise, Prats sugeriu algumas medidas drásticas que permitissem o diálogo entre a UP e setores da oposição, incluindo uma reforma constitucional e a saída de Allende do país com permissão do Congresso. Medidas que foram rechaçadas. Diante disso, não restou outra alternativa que renunciar (BANDEIRA, 2008, p. 501-502).

grupos. Ao mesmo tempo, o jornal seguia sua linha editorial de afirmar que o Partido Comunista mascarava sua real política para os setores militares. Nesse sentido, os comunistas, embora adeptos da clássica estratégia de Lenin de destruir as Forças Armadas, procuravam ocultar suas reais intenções com declarações elogiosas do papel constitucionalista e profissional que sempre teriam tido os militares chilenos.

Com essa formulação, dois dias antes do golpe, *El Mercurio* procurava, uma vez mais, alarmar e alertar sobre o perigo da política que supostamente estaria sendo levada a cabo pelos comunistas. Para o jornal, as denúncias feitas pelos partidos da UP de que estaria em curso um plano sedicioso com a participação dos militares para derrubar o governo, era parte de uma estratégia para desmoralizar as Forças Armadas. Essas “ofensas” aos militares, assim como as infiltrações comunistas nas instituições militares, seriam a real face da estratégia do Partido Comunista. *El Mercurio* sugeria, ainda, que essa estratégia oculta dos comunistas estava conectada às ações dos grupos mais radicais, como o MIR:

O comunismo internacional sabe perfeitamente que a existência de Forças Armadas genuínas, ou seja, profissionais e hierarquizadas, entre outros atributos, representa um obstáculo intransponível para suas pretensões de controlar o poder total. Por isso, almejam destruí-las, ou pelo menos neutralizá-las, caminho que buscam seguir no nosso país, ao mesmo tempo em que estimulam a atividade subversiva de outros grupos marxistas. [...] A calculada adulação comunista com os institutos castrenses, sobretudo após as greves de outubro de 1972, está chegando ao fim. Agora, o partido eixo do governo, ofende os uniformizados, imputando-lhes toda sorte de irregularidades. Essa nova tática não escapa aos Altos Oficiais, advertindo-os que sobre eles pesa a ameaça de receber em um momento dado o ataque traiçoeiro de um inimigo interior disposto a destruí-los²⁶.

Na última semana antes do golpe, além dessa linha editorial de tencionar os militares contra o governo e alertar sobre o perigo da infiltração comunista, o diário repercutia com destaque todas as mobilizações sociais e iniciativas que pediam a renúncia ou a destituição de Allende. Como na edição de 05 de setembro de 1973, em que o jornal, com a manchete de capa “Pedem a renúncia de Allende”, noticiava e publicava trechos de uma nota lida pelo padre Raúl Hasbún – influente e popular membro da Igreja Católica chilena – no Canal 13, emissora televisiva na qual o religioso era diretor. Segundo Hasbún, a experiência chilena havia fracassado porque “a experiência marxista-leninista comprovou a verdade de uma lei expressada pelo Papa Paulo VI: ‘Cada vez que os homens tratam de organizar a terra sem Deus, terminam organizando-as contra o homem’”²⁷.

²⁶ *Ofensa comunista às Forças Armadas. El Mercurio*, Santiago do Chile, 8 de setembro de 1973, tradução nossa.

²⁷ *El Mercurio*, Santiago de Chile, 05 de setembro de 1973, p.1. Tradução nossa.

O sangrento golpe de 11 de setembro iria mergulhar o Chile num período de terror, medo, torturas, execuções, desaparecimentos e uma agressiva política econômica neoliberal. Segundo números oficiais da Comissão Valech²⁸, estima-se que o total de vítimas entre executados, desaparecidos e torturados durante os dezessete anos da ditadura de Pinochet (1973-1990) foi de 40.280 pessoas. Com a ruptura do regime democrático, a imprensa foi duramente atacada, todos os jornais que apoiavam o governo de Allende foram fechados.

Nos anos de ditadura, *El Mercurio* passaria a cumprir um papel bem distinto do que desempenhou no governo de Salvador Allende, passando a apoiar abertamente os militares no poder. A partir da análise das principais estratégias narrativas de *El Mercurio* nos meses finais do governo, é perceptível a significativa influência e importância política desempenhada pelo jornal na preparação e articulação do golpe levado a cabo por Pinochet.

Ao contribuir para intensificar a polarização social, com editoriais e notícias que amplificavam os problemas sociais, ações terroristas, e uma narrativa cuja intenção era deslegitimar o governo da UP, ao mesmo tempo em que consagrava aos militares o papel de salvar o país do caos social, *El Mercurio* atuou como um agente político de grande relevo para o golpe.

LA PRENSA CHILENA, EL DIARIO EL MERCURIO Y EL GOLPE CÍVICO-MILITAR DE PINOCHET (1973)

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo presentar una visión general de los principales vehículos de la prensa chilena durante el gobierno de la Unidad Popular (UP) y analizar el papel desempeñado por el diario El Mercurio en el proceso que llevó a la ruptura del régimen democrático con el golpe civil-militar de Augusto Pinochet. El gobierno de la UP se caracterizó por el intento de implementar al que se ha llamado la "vía chilena al socialismo", un proyecto que pensaba la construcción de una sociedad socialista en Chile por medio de formas democráticas e institucionalizadas. En esta perspectiva, la plena libertad de prensa se constituye como un aspecto que hizo de las hojas de los periódicos un espacio privilegiado de las luchas políticas de la época.

Palabras claves: Chile. Unidad Popular. Salvador Allende. Prensa. El Mercurio.

²⁸ Disponível em <<http://www.derechoshumanos.net/paises/America/derechos-humanos-Chile/informes-comisiones/Informe-Comision-Valech.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2016.

Referências

ALTAMIRANO, Carlos. Dialéctica de una derrota: Chile, 1970-1973. Cidade do México: Siglo XXI, 1977.

ARAYA, Marcelo C. Anticomunismos, política e ideología en Chile. La larga duración de la “campana del terror” de 1964. Tesis (Magíster en Historia). Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2012.

BANDEIRA, Luiz Alberto M. Formula para o caos. A derrubada de Salvador Allende. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BITAR, Sergio. Transição, socialismo, democracia: Chile com Allende. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BORRAT, Héctor. El periódico actor político. Barcelona: Gustavo Gili, 1989.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana & PRADO, Maria Ligia Coelho (org.). História das Américas: fontes e abordagens históricas. São Paulo: Humanitas, 2015.

CHARTIER, Roger. À beira da falésia. A história entre certezas e inquietude. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2002.

DOONER, Patrício. Periodismo y política. La prensa de derecha e izquierda 1970-1973. Santiago, Editorial Adelante, 1989.

KORNBLUH, Peter. Los EEUU y el derrocamiento de Allende. Una historia desclasificada. Santiago: Ediciones B Chile, 2003.

MÖNCKEBERG, Maria Olivia. Los magnates de la prensa: concentración de los medios de comunicación en Chile. Santiago: Random House Mondadori, 2011.

SANTA CRUZ, Eduardo. Análisis histórico del periodismo chileno. Santiago, Nuestra América Ediciones: 1988.

_____. La prensa chilena en el siglo XIX: Patricios, letrados, burgueses y plebeyos. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 2010.

SUNKEL, Guillermo. La prensa sensacionalista y los sectores populares. Bogotá: Editorial Norma: 2002.

TRONCOSO, Hugo Cancino. Chile: la problemática del Poder Popular en el proceso de la via chilena al socialismo. 1970-1973. Copenhague: AARHUS University Press. 1988.

VALLEJOS, Julio P.; SALAZAR, Gabriel. História contemporânea de Chile. 5 tomos. Santiago: LOM Ediciones, 2010.

VALENZUELA, Arturo. El quiebre de la democracia en Chile. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013.

WINN, Peter. La revolución chilena. Santiago: LOM Ediciones, 2013.

ZÁRATE, Verónica V. O. Nacionales y gremialistas: el “parto” de la nueva derecha política chilena, 1964-1973. Santiago: Lom Ediciones, 2008.

_____. Todos juntos seremos la historia: venceremos. Unidad Popular y Fuerzas Armadas. In: PINTO VALLEJOS, Julio (Org.). Cuando hicimos historia. La Experiencia de la Unidad Popular. Santiago: LOM Ediciones, 2005

SOBRE O AUTOR

Emmanuel dos Santos é mestrando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Recebido em 31/05/2016

Aceito em 22/07/2016